



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA
COMISSÃO DE ECONOMIA,
FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE
2019, PARA DISCUSSÃO DO PROJETO
DE LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020.

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e dezenove, conforme Edital de Convocação publicado aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e dezenove no Diário Oficial do Município de número noventa, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. O SR. PRESIDENTE:- Está encerrado o Pequeno Expediente. Solicitamos aos Srs. Vereadores que registrem suas presenças. Encontram-se presentes 37 (trinta e sete) dos Srs. Vereadores. Conforme Requerimento nº 054.00003.2019, aprovado em 20 de maio de 2019 por este Plenário, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais desta Sessão Ordinária estão destinados para a realização da Audiência Pública e debate da fase de discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. Então, convidamos os membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para assumirem os trabalhos da Mesa, iniciando a Audiência Pública sob a Presidência do ilustre Vereador Paulo Rink, juntamente com os Vereadores Serginho do Posto, Ezequias Barros, Professora Josete, Jairo Marcelino, Maria Leticia Fagundes, Dr. Wolmir, Mauro Bobato e Tito Zeglin.- (Assume a Presidência da Audiência Pública o Vereador Paulo Rink).- O SR. PRESIDENTE (Paulo Rink):- Bom dia, senhoras e senhores; Srs. Vereadores. Peço aos integrantes da Comissão de Economia e Finanças para fazerem parte da Mesa: Vereadores Mauro Bobato, Professora Josete, Ezequias Barros, Tito Zeglin, Dr. Wolmir e Maria Leticia Fagundes. Temos a presença também do pessoal da Prefeitura, a Dra. Daniele, que vai fazer uma apresentação aos Srs. Vereadores sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. Declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, prevista para a fase de discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, conforme determina o inciso I, § 1º, do Art. 48 da Lei Complementar nº101, de 04 de maio 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e Art. 44 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades. Esta Audiência Pública terá duração de duas horas, com início às 9h35min e término às 11h35min. Agradecemos a presença de todas as autoridades, representantes de associações, de entidades, dos funcionários, dos cidadãos e também dos Vereadores. A Mesa acha-se composta pelas seguintes autoridades: Vereador Ezequias Barros,

Dra. Daniele Regina dos Santos, Vereadora Noemia Rocha, Vereador Tito Zeglin e Vereador Serginho do Posto. Solicito ao Vereador Serginho do Posto que faça a leitura do Edital de Consulta Pública e realização desta Audiência Pública.- O SR. SERGIO R. B. BALAGUER:- Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos. (Lê) Consulta pública e Audiência, edital. Fase de discussão do PLDO 2020. O Presidente da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização, no uso de suas atribuições legais, torna pública a convocação de Consulta Pública, Debate e Audiência Pública, da fase de discussão do Projeto de Lei, Proposição nº013.00002.2019, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2020", previstos no inciso I, §1º, do artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e artigo 44 da Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto das Cidades, conforme o que segue: Consulta Pública: 1) pela Internet, no período de 15 a 22 de maio de 2019, por meio de link disponível na página da Câmara Municipal de Curitiba (www.cmc.pr.gov.br); 2) pela Internet, por meio das mídias sociais da Câmara de Curitiba, no período de 15 a 22 de maio de 2019; 3) por meio de urnas para sugestões, disponibilizadas nas dependências da Câmara Municipal, Anexos I e II, nos dias úteis constantes no período de 16 a 21 de maio de 2019; 4) por meio de urnas para sugestões, disponibilizadas nas dependências das Administrações Regionais Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, CIC, Matriz, Pinheirinho, Portão, Santa Felicidade e Tatuquara, nos dias úteis constantes no período de 16 a 21 de maio de 2019. Audiência Pública, a ser realizada no dia 29 de maio de 2019, às 09h, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba. Palácio Rio Branco, 13 de maio de 2019. Assina o Presidente da Comissão de Economia e Fiscalização, Vereador Paulo Rink.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador, pela leitura. O edital de abertura da consulta pública e convocação desta Audiência Pública com instruções para acesso ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias na internet foi publicado na edição 11.153 do Jornal Bem Paraná, na sua página 20, e em 15 de maio de 2019, numa quarta-feira. Também foi publicado no Diário da Câmara, nº 10.014 em 14 de maio de 2019 e no Diário Oficial do Município, nº 90, na data de 14 de maio de 2019. Ainda esse release com divulgação dessa Audiência Pública foi enviado a todos os jornais, rádios e televisões com sede ou sucursal nesta Cidade. Informações sobre os trabalhos. Os trabalhos desta Audiência Pública obedecerão o seguinte roteiro: primeira parte, apresentação do relatório da consulta pública realizada pela Câmara Municipal e apresentada por este Vereador. Segunda parte, explanação da Sra. Daniele Regina dos Santos, Superintendente da Secretaria Municipal de Finanças, que falará a respeito do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. Terceira parte, a concessão da palavra aos presentes para comentários, sugestões ou questionamentos, na seguinte ordem: primeiro, os Vereadores que compõem a Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização. Segundo, os demais Vereadores e, terceiro, os visitantes que se inscreverem através de formulários que estarão sendo entregues na recepção deste Plenário. Será concedido o tempo de dois minutos a cada inscrito e as inscrições dos visitantes deverão ser entregues até o final das explanações da Dra. Daniele para que possamos fazer a pergunta à mesma. Vamos dar início à primeira parte da apresentação do nosso Projeto de Diretrizes Orçamentárias. Eu farei uso da Tribuna e peço ao meu Vice-Presidente, Vereador Serginho, que tome posição na Mesa para que eu possa fazer a apresentação do relatório sobre as consultas públicas.- (Assume a Presidência o Vereador Sergio R. B. Balaguer).- O SR. PAULO RINK:- Bom dia, Srs. Vereadores, população de Curitiba, cidadãos que nos assistem pela internet. Esta é uma audiência Pública da nossa Comissão de Finanças desta Casa, que tem a responsabilidade de receber e analisar este Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. É um projeto de lei onde a consulta pública foi feita, agradecendo ao pessoal da internet, o pessoal da Comunicação da Casa que se esmerou na comunicação fazendo uma nova linha de

questionamentos e sugestões para a nossa cidade, para que eles contribuam com este projeto de lei. Foi aberto o período de consulta pública entre os dias 15 de maio a 22 de maio e a população pode participar deste tão importante projeto que será votado por nós na sequência, após as audiências públicas. Neste slide temos o relatório de participação da população, tivemos quatrocentos e setenta participações via internet, e-mail com apontamentos e prioridades. Tivemos mil, cento e vinte e oito apontamentos e prioridades totalizando quatrocentos e cinquenta e nove sugestões da consulta pública feitas pela internet. Neste slide temos a questão física, que são as participações pelas dez regionais ou por escrito, sendo 88% de maneira física, 9% via eletrônico pelo e-mail recebido pela Câmara Municipal e pela prefeitura, 3% das redes sociais. Elogiar o Vereador Beto Moraes e o pessoal do Boqueirão, estão de parabéns pela participação da população nas consultas públicas, porque tivemos uma massiva participação na regional do Boqueirão e não é à-toa, na sequência do relatório, vamos ver que das cento e cinquenta e uma ruas indicadas por novo asfalto, noventa e três ou noventa e sete são do Boqueirão. Então, vejam como é importante a participação da população nas consultas públicas das regionais. Tivemos aí, destaque para o Boqueirão, 43% das demandas, na regional Boa Vista 12%, regional Portão 11%, regional Pinheirinho 4,84%, regional Bairro Novo 4,62%, na Matriz tivemos 3,96%, beirando os 4%, regional CIC, a gente esperava uma maior participação, tivemos 2,64%, regional Cajuru 2,42%, regional Tatuquara 1,32%. As áreas prioritárias dessas consultas à população, tivemos um grande destaque no setor de obras, o principal requisito que a população entendeu que necessita em Curitiba são as questões de obras com 27,84%, o segundo requisito foi a área de segurança com 19,15%, a área da saúde na sequência com 12,85%, meio ambiente com quase 8,70%, educação 7,98%, esporte e lazer quase 6%, assistência social 5,67%, transporte 5,23%, cultura 3,37% e habitação 3,28%. Então, como falei, a grande indicação da população nas consultas públicas foi a pavimentação, indicação de cento e cinquenta e uma ruas pela população que participou da consulta, que fez o seu requisito a nós, Vereadores, que vamos aprovar essa lei, e depois ao Executivo, para que execute. Destaque, como eu havia falado antecipadamente, temos para a rua Diogo Mugiatti, na Regional do Boqueirão, com noventa e três demandas. Os moradores dessa rua se uniram, foram na audiência, e pediram que essa rua fosse asfaltada. Não sei se teve acompanhamento de algum Vereador, o Geovane ou o Beto Moraes, mas temos aí um destaque muito importante em que a população participou efetivamente desse processo da nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. É um processo primeiro das consultas, a audiência que estamos fazendo hoje, e depois caberá a nós, Vereadores, votar a aprovação desse orçamento para o próximo ano. Temos também a implantação de doze lombadas, indicação da população, em doze instalações. Em segundo lugar, como eu falei, ficou a segurança. O aumento de ronda nos bairros foi muito pedido pela população, que seja mais regular, e a segurança nas escolas. É um projeto que os Vereadores estão vendo para os policiais aposentados voltarem a trabalhar. Policiais da corporação, tanto do município, quanto do estado, que foram aposentados e estão nesse novo projeto que vai fazer a segurança nas escolas. Demandas principais: aumento do número de médicos, na questão da saúde, instalação de dois postos de saúde e a construção de um hospital na zona norte. Sobre as considerações finais dessa apresentação, veja que a participação, tanto nas consultas, como na audiência, dá embasamento para a nossa votação depois, para que tenhamos segurança do que votamos, que seja o que a população está nos requisitando, representantes da população, e do Executivo, que tem a missão de entregar essa satisfação à população. Então, nas considerações finais temos 30% dos participantes que apontaram apenas uma área prioritária, sem mencionar apontamento específico. Falaram em relação a área da saúde, 30%, mas não disseram o quê. Então, teríamos que instruir um pouco mais. Saúde... Que

problema? Rua... Obras... Que rua? Teria que complementar. Então, 40% das pessoas escreveram o tema e apontaram sugestões genéricas. Temos 30% que só apontou a área; 40% que apontou a área, mas de uma maneira genérica, não especificando a rua; e tivemos 30% com sugestões referentes a obras, que são as mais detalhadas, pedindo o parâmetro da rua, apresentação de emendas, para que possamos fazer. Então, basicamente, é um relatório, um resumo que os Srs. Vereadores estão recebendo em suas bancadas. Quero dar parabéns a toda a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização que me dá apoio nessas questões de orçamento. Na sequência, a Daniele vai falar sobre a questão do município, do Executivo. Tenho que dizer que a participação foi boa, mas ainda pode melhorar nas próximas consultas públicas para o orçamento. Lembrar os Vereadores que participaram nas regionais, muitos foram e participaram. É importante a participação da população. E com esse novo canal da Internet, nos assistem em casa e podem fazer as sugestões, nesse período que foi dado a vocês, para que possamos ler o relatório aqui e passar essa demanda da população. De minha parte, como Presidente da Comissão de Economia, era esse o resumo das consultas públicas. Seguindo a audiência, vou retornar para a Presidência. Muito obrigado. Bom dia.- (Reassume a Presidência o Vereador Paulo Rink).- O SR. PRESIDENTE:- Dando sequência à nossa audiência, concedemos a palavra à Sra. Daniele Regina dos Santos, Superintendente da Secretaria Municipal de Finanças.- A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Bom dia a todos. Hoje a incumbência é fazer a apresentação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias iniciando os procedimentos das leis orçamentárias para o exercício de 2020 que será o exercício de encerramento dessa primeira gestão do Prefeito Rafael Greca. É uma lei muito importante. O encerramento da gestão de um prefeito sempre tem uma série de critérios a serem seguidos, é uma lei que demanda atenção no sentido de que possamos, realmente, entregar Curitiba numa situação muito diferente da que nós encontramos, uma Prefeitura equilibrada como vem acontecendo desde o primeiro ano de gestão. Por isso, é um trabalho delicado no sentido da gente conseguir trazer todas as demandas dentro das receitas compatíveis. Essa é a primeira etapa das leis orçamentárias, é a lei da diretriz do orçamento, Nós não temos ainda os detalhamentos, os detalhamentos virão na lei orçamentária, mas as primeiras informações já constam no projeto de lei que dão o caminho que nós teremos para o orçamento de 2020. Elas compõem na parte de previsão de receitas e previsões de metas, ambas vem colocadas dentro do projeto de lei que foi encaminhado à Câmara. As receitas que o Município está prevendo para o ano de 2020 ficam na ordem de nove bilhões, quatrocentos e trinta milhões de reais. A maior parte dessas receitas estará adicionada às receitas correntes na ordem de oito bilhões e setenta milhões; receitas de capital, na ordem de quatrocentos e oitenta milhões; intra orçamentárias, são as receitas de troca entre os entes da Prefeitura, oitocentos e cinquenta e nove milhões. O Município colabora com essas receitas com valores de quatro bilhões, novecentos e sessenta e oito milhões. Ou seja, o Município arrecada mais da metade da sua receita, o que não é comum no cenário dos municípios brasileiros que dependem bastante das transferências constitucionais. Curitiba mantém o seu trabalho fiscal no sentido de manter ainda a sua receita como sendo a prioritária do Município, quatro, novecentos e sessenta e oito. As transferências da União, um bilhão, duzentos e noventa e um; transferências do Estado, um, cento e quarenta e cinco. São transferências constitucionais que pelo pacto federativo os estados e a União são obrigados a fazer para os municípios. E outras transferências na ordem de sessenta e seis milhões. A receita de capital, que está pautada em operações de crédito, de oitenta e sete milhões; transferências de capital, de trezentos e sessenta e três milhões; e outras receitas de capital, vinte e nove milhões. Nós temos uma projeção de crescimento nominal das receitas de 3,4%, nessas receitas correntes; com base nas projeções utilizadas do PIB, de 2,78%; da inflação, de 3,86%; e outros índices

econômicos. Isso tudo será apurado ainda melhor para a apresentação da LOA, uma vez que a gente já tem algumas variações apontadas no crescimento do PIB. Houve algumas reduções, então tudo isso será ajustado na apresentação da LOA. Há esforço para a melhoria fiscal do Município e aumento de receitas. Então, nós estamos trabalhando com as áreas fiscais do Município no sentido de apurar a inadimplência, na área de fiscalização, mas não temos esse mesmo retorno nas receitas que dependem das transferências constitucionais, tanto do Estado quanto da União. Então, tudo que nós temos ganho dentro da arrecadação municipal temos perdido nas receitas, que são as transferências do Estado e da União. Anteontem na apresentação do Secretário ele deixou isso bem claro aos senhores. Operação de crédito, temos trinta e cinco milhões de reais junto ao BNDS; quatro milhões de reais da Paraná Fomento; quarenta e cinco milhões de reais junto ao Banco do Brasil; dois milhões e quinhentos mil reais junto à Caixa; além dos recursos do PMAT para a modernização da administração pública, para obras de recape e para pavimentação de habitação. Mesmo assim, diante das operações de crédito, Curitiba continua num limite muito inferior ao que poderia demandar de crédito, porque hoje tem recurso para fazer frente às necessidades do município. (slides) Aqui temos um gráfico. Posso colocar para vocês que essa parte maior do gráfico, essa verde clara, é a quantidade de recursos que o município arrecada e nos restantes as outras fontes, mostrando que o município ainda tem uma arrecadação própria mais significativa que todas as demais fontes. As receitas correntes do município, o ISS com a dívida ativa, os juros, chega a um bilhão, trezentos e trinta e cinco milhões de reais; o IPTU, temos oitocentos e noventa e sete milhões de reais; o ITBI, trezentos e sete milhões de reais; o Imposto de Renda, trezentos e oitenta e um milhões de reais; as contribuições, trezentos e oitenta e seis milhões de reais; a patrimonial, trezentos e noventa e nove milhões de reais; as taxas, duzentos e dezoito milhões de reais, com incremento principal de taxa do lixo; serviços oitocentos e trinta e seis. E aqui temos o fundo do transporte e outras receitas, duzentos e onze milhões de reais, o que fecha os quatro bilhões novecentos e sessenta e sete milhões de reais do município. Este é o gráfico que temos da receita tributária, o Secretário mostrou isso na segunda-feira. Insistimos bastante neste gráfico, no sentido de demonstrar que por mais que estejamos trabalhando no sentido de recuperar as receitas municipais elas ainda estão num patamar inferior ao exercício de 2015. Exercício de 2012 a 2015, tivemos um crescimento significativo nessas receitas e hoje estamos ainda com um limite inferior a isso. Então, é importante sempre dizer que por mais que estejamos arrecadando mais e a receita esteja crescendo, nós ainda não estamos nos patamares do exercício de 2015. (slides) A primeira linha azul, o ISS, que demonstra claramente isso e que está muito relacionado também a atividade econômica. O IPTU, sim, tem um crescimento, até pela lei que foi regulamentada que trabalha o crescimento gradual de IPTU para equilibrar com os valores de mercado; o ITBI teve um decréscimo e nós entendemos que ele está relacionado inclusive com a atividade do setor imobiliário; o imposto de renda cresce proporcionalmente; e a taxa do lixo que teve um acréscimo pequeno, porém, muito importante para o município, porque equilibra o custo do contrato que temos para coleta e tratamento de lixo, que até o exercício de 2017 encontrava-se desequilibrado, provocando um desequilíbrio orçamentário de quase seis meses do orçamento do meio ambiente, o que dificultava a gestão na Secretaria do Meio Ambiente. As receitas correntes, são as transferências que recebemos da União. O Fundo de Participação do Município - FPM, duzentos e noventa e três milhões de reais; o SUS, oitocentos e noventa e sete milhões de reais, é o mais significativo deles; o Fundo Nacional de Assistência Social, vinte e três milhões de reais; o FNDE, setenta e um milhões de reais, aqui temos alimentação escolar, uma série de despesas na área da educação e convênios na ordem de quatro milhões e quinhentos mil reais. Então, a transferência da União fica em um bilhão duzentos e noventa e um milhões de reais. O Estado, temos o

ICMS, aqui temos uma queda muito significativa, estamos trabalhando junto com o Estado no sentido de tentar encontrar uma forma diferente de fazer essa verificação. Curitiba acaba perdendo muito o imposto de ICMS; o IPVA, também houve uma queda. A alegação do Estado é que também houve uma queda no número de veículos do Município e por isso houve essa queda no valor do IPVA. O IPI sobre exportações, onze milhões de reais; programas de saúde, cinquenta e três milhões de reais e aqui temos o SAMU e uma série de outros programas que fazemos a regulação e o atendimento, que envolvem áreas do Estado. Convênios e outros, na ordem de sete milhões de reais. As transferências do Estado ficam em um bilhão, cento e quarenta e cinco milhões de reais. Outras transferências, e aqui vem o recurso do Fundeb que está para finalizar, a lei do Fundeb finaliza no ano que vem e estamos no aguardo do que vem para os próximos anos, para que não tenhamos também uma diminuição significativa nos recursos da área da educação. O Fundeb hoje faz uma redistribuição onde entram recursos do Estado, recursos da União e recursos do Município. O fundo se extingue no ano de 2020, então, estamos no aguardo para ver quais serão as providências. Já há conversas na União, inclusive na Câmara Federal para ver qual encaminhamento teremos, mas ainda não temos o que deve acontecer para a frente. Para o ano de 2020, as regras ainda permanecem, a estimativa que temos para o Fundeb é de seiscentos e quarenta e três milhões de reais. Outras transferências, vinte e três milhões, cento e noventa e cinco mil reais, finalizando, seiscentos e sessenta e seis milhões de reais. Aqui são os repasses, o que estávamos comentando da questão do ICMS e a queda brutal que o ICMS tem desde 2013, chegando a quase duzentos milhões de reais, o que é muito significativo no orçamento. Quem tem que ficar no dia a dia, colocando dinheiro, cortando dinheiro, arrumando recurso, muitas vezes arrumar um milhão já não é fácil, duzentos milhões de reais então é um valor muito significativo e esse valor foi o valor que perdemos do ICMS. E o FPM tem se mantido, ele se compõe de uma cesta de vários impostos e tem se mantido com um crescimento muito abaixo ainda do que a inflação cresce. Então digamos que do ponto de vista real, ele não tem crescido para o Município. Quando você tem a estagnação do FPM que é significativa e a queda do ICMS, isso tem uma representatividade grande e o crescimento que a gente tem nas receitas do Município têm compensado isso, mas não tem permitido crescer receitas no Município de Curitiba. A questão das previsões das despesas. As despesas aparecem previstas também de uma maneira global ainda na LDO e serão detalhadas no orçamento. Da mesma forma, no princípio do equilíbrio, as despesas estão previstas na ordem de nove bilhões, quatrocentos e trinta milhões de reais. Despesas correntes, oito bilhões, quinhentos e onze milhões e quarenta mil reais. Reserva de contingência, sessenta e oito milhões e as despesas de capital na ordem de oitocentos e cinquenta milhões de reais. A maior parte das despesas correntes estão relacionadas à despesa de pessoal e encargos, quatro bilhões, quatrocentos e setenta e seis milhões de reais. Juros da dívida e encargos, cinquenta milhões de reais e outras despesas, essas sim a gente vem trabalhando no sentido de reduzir a cada ano, de aprimorar os procedimentos de contratação, os procedimentos de execução, as fiscalizações dos contratos, para que consigamos reduzir a despesa geral do custeio, a despesa corrente, sem que tenhamos redução de serviços. Pelo contrário, o trabalho é sempre no sentido de que a gente amplie o horizonte de serviço, conseguindo reduzir as despesas no processo de eficiência. São três bilhões, novecentos e oitenta e quatro milhões de reais destinados a essa despesa. A reserva de contingência, legalmente necessária, sessenta e oito milhões de reais e as despesas de capital, oitocentos e cinquenta milhões de reais, sendo investimentos na ordem de seiscentos e setenta e dois milhões de reais; inversões financeiras na ordem de 7,2 e amortização da dívida, cento e setenta e um milhões de reais. As despesas por função de governo e aqui demonstramos quanto cada função... Não são Secretarias, são funções de governo, às vezes temos a mesma função em mais de

uma Secretaria. A função saúde, que hoje basicamente fica na Secretaria de Saúde, no Fundo Municipal de Saúde, está com 22,80% do orçamento. Não é o índice constitucional, são proporções orçamentárias. Os índices são baseados apenas nos impostos, então é um cálculo diferenciado. São proporções dentro do orçamento. A maior parte do orçamento fica com a saúde; a segunda parte, mais significativa, fica com a Previdência Social, e está ficando agora porque durante muitos anos não aparecia no orçamento, o que colaborava para que se gerasse deficit no orçamento no final do exercício uma vez que toda a receita era vinculada ao orçamento. E a despesa da Previdência estava fora do orçamento, não tínhamos receita para dar conta do recurso da Previdência, o que culminou com o deficit significativo dentro do IPMC na ordem de quinhentos milhões. A partir de 2017 as despesas previdenciárias passaram a fazer parte do orçamento, todas elas, inclusive os aportes, e hoje temos a tranquilidade de conseguir fazer os pagamentos com a regularidade necessária ao IPMC. A próxima é a questão de urbanismo, e aqui temos a manutenção urbana que tem sido um trabalho significativo da Prefeitura no sentido de recuperar e manter a cidade em ordem, e também é uma das maiores demandas que se tem nas consultas públicas. A população insistentemente procura e pede o apoio da Prefeitura para a manutenção urbana da cidade. Embora tenhamos demandas muito significativas, a maior demanda ainda apresentada pela população é a manutenção urbana. Sempre no Fala Curitiba, também aqui nas verificações de vocês, a manutenção urbana é muito significativa. A educação, porque temos também os limites constitucionais, fica com 18,59%. Administração, e vamos para questões que levam valores menores porque não têm os limites: a administração, os encargos especiais, a gestão ambiental com 3,11%, saneamento 2,89%, assistência social 2,28%, legislativo 1,99%, segurança pública 1,88% e outras funções, que levam 3,62%. Lembrando que estamos falando de funções de governo, não de secretarias. Os precatórios, que têm sido colocados sempre, vêm ao longo da história de Curitiba trabalhando com valores que ficariam em torno de até trinta milhões de reais. Temos um pico em 2012 e 2013 que era esperado pelo município, até porque se tinha uma série... e, de repente, em 2017, 2018 dispararam os valores dos precatórios. E temos em 2017 e 2018 valores muito significativos. Também subindo na ordem de setenta milhões para se organizar. Os valores de precatórios são repassados ao município pelo Tribunal de Justiça por volta do mês de julho, agosto. Antes disso, não temos o valor fechado. O valor só será fechado na justiça mais para o final do exercício. Há uma estimativa, mas realmente não era esperado que subissem nessa ordem, com essa agilidade. E tivemos que promover as adequações orçamentárias para dar conta dos valores de precatórios esses dois anos. Recentemente estivemos no Tribunal de Justiça, até o momento, os precatórios para o exercício de 2019 estavam em vinte milhões, mas também não sabemos até o final do ano a que valores podem chegar, conforme as deliberações jurídicas. Os aportes para o regime da Previdência, e aqui estamos justamente falando que não havia colocação no orçamento de valores para os aportes da Previdência o que nos fez culminar com uma dívida no IPMC, da ordem de mais de quinhentos milhões de reais, que agora foi parcelada em duzentas parcelas para que a gente consiga quitar isso no tempo. Estamos pagando o parcelamento, estamos pagando o regular da Previdência e estamos pagando os aportes. Só os aportes no ano de 2018 chegaram a trezentos e treze milhões, no ano de 2019 trezentos e vinte e um milhões e a expectativa em 2020 é que cheguem a trezentos e cinquenta e um milhões. Se não houverem os ajustes da lei da reforma da Previdência, a previsão é trezentos e cinquenta e um milhões de reais. São valores bem significativos mas que estão na possibilidade de o Município arcar, até porque fez as reformas e adequou a previdência conforme havia essa necessidade. Caso contrário, também não estaríamos em condições de fazer os pagamentos. Por isso que foram feitas as adequações. E, dessa forma, temos o IPMC saudável, com as projeções corretas para

o pagamento. A redistribuição da dívida, temos a dívida das despesas não empenhadas, que, em 2016, estavam em cento e noventa e seis milhões, e agora estamos batendo 2019, temos a projeção de duzentos e dez mil reais, e em 2020 não deverá acontecer nenhuma despesa sem empenho. Eventualmente, no final do ano, pode acontecer uma ou outra coisa, que nos últimos dias, como temos recursos que chegam nos últimos dias, uma coisa ou outra pode passar, mas são coisas irrisórias e comuns nos orçamentos. O que não podemos é ter despesas propositalmente não empenhadas e principalmente relacionadas a períodos anteriores. Então, tínhamos despesas, como eu disse, o contrato da Cavo, que ficava seis meses sem empenho. E agora não temos mais, conseguimos conduzir. Isso permite um planejamento orçamentário adequado e que o Município respire e possa utilizar o recurso arrecadado no ano para as despesas do ano, o que não tínhamos antes. Em um terço do exercício, pagava-se despesas de outros anos, quando se tinha o orçamento desequilibrado. Com o orçamento equilibrado, se favorece o planejamento e a gestão adequada do Município. (Próximo slide). A dívida bruta e a dívida consolidada líquida. Então, também estamos com a dívida consolidada líquida caindo, as duas vêm caindo no tempo, porque estamos fazendo os pagamentos regulares e liquidando as dívidas que foram deixadas, de forma que temos historicamente uma queda significativa. Em 2016, tínhamos valores bem altos. Em 2017, aumentou o valor ainda da dívida consolidada bruta, porque foi feito o processo de Novação das despesas que não tinham sido pagas ainda em 2016. E a partir daí, nós só estamos numa decrescente. Ou seja, não estamos acumulando novas, estamos apenas tirando as que já estavam. Todas estão sendo pagas em dia. (Próximo slide). As despesas, recursos do Tesouro na saúde. O que é bem importante é que caminhamos no sentido de conseguir efetivar um orçamento real no Município. Os orçamentos tinham uma disparidade muito grande entre o que efetivamente se precisava de recurso para executar, em contratos contínuos, que não podem ser retirados, e o orçamento que era disponibilizado no começo do exercício. Então, o orçamento era distribuído fora das necessidades, o que acabava por gerar uma imagem de que havia recurso disponível para outras despesas, que acabavam, no final do exercício, ficando a descoberto. O caso típico, por exemplo, é o do meio ambiente, onde você tinha um orçamento que não dava conta do contrato, nem da despesa do contrato de coleta e tratamento do lixo. Então, hoje, todas as nossas secretarias estão equilibradas, estamos caminhando para conseguir equilibrar a última, que é a Secretaria de Saúde. Vejam, em 2014, por exemplo, tinha-se um orçamento inicial de recursos próprios do Município na saúde de trinta e um milhões, embora as despesas fossem de cento e sete. E isso foi entrando num disparate, que, em 2016, tinha-se dezessete milhões de orçamento de recursos próprios na saúde, e uma despesa de cento e cinquenta e cinco milhões. Então, essa variação criava buracos orçamentários que propiciavam o desequilíbrio financeiro do Município. Este ano, devemos fechar a saúde com duzentos e cinquenta e um milhões de despesa de recursos próprios, tanto de despesa, quanto o orçamento. E a previsão para 2020 é que estejamos trabalhando com duzentos e quarenta e nove milhões. (Próximo slide). A questão dos investimentos. A lei procura deixar mais detalhadas as questões dos investimentos previstos. Os recursos do Tesouro, na ordem de duzentos e seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, e os recursos de outras fontes, quatrocentos e sessenta e seis e trinta e três. Esses recursos são dos PACs que foram assinados já em outros anos e que deverão ser finalizados no exercício de 2020, e ainda tem alguns recursos do EFD e BID que nós vamos terminar de utilizar nas obras em andamento. São 7,13% do orçamento, seiscentos e setenta e dois milhões de reais de recursos na área de investimento, obras e equipamentos. Então, quais são os contratos? Nós temos contratos concluídos de 2017 a 2019, noventa e três com contratos, cento e trinta e oito milhões de reais de obras que já foram concluídas. Temos obras em andamento, 46% dessas obras iniciadas nessa gestão, são setenta e

três obras, os contratos na ordem de seiscentos e setenta e três milhões de reais. E temos contratos no aguardo de OS em licitação, cinquenta e um contratos, cento e quarenta milhões de reais. Temos muitos contratos vinculados a recursos da União, e nas alterações que nós tivemos na União agora nós temos muitos recursos ainda presos, não foram deliberados, os secretários ainda estão se ajustando e ajustando a questão orçamentária da União para fazer as liberações. Isso acaba por vezes criando dificuldades na sequência das obras e nas novas obras que o Município tem que liberar. Embora nós tenhamos os processos prontos, dependemos da autorização da União para fazer esse encaminhamento. Isso nos põe quase em um bilhão de reais destinados a obras em investimentos em duzentos e dezessete obras. Destaque entre esses investimentos: quarenta quilômetros de pavimentação alternativa, cinco quilômetros de ampliação de rede, obras de circulação viária, fresa, recape, reciclagem, temos 2,3 quilômetros de implantação de calçadas em via pública, nove obras de drenagem e saneamento, cinco bacias com obras de drenagem, gestão de risco e desastres naturais. Essas obras que estão sendo implantadas são obras novas, implantações novas. Aqui não estão relacionadas as despesas de manutenção urbana que estão acontecendo e que se referem a recape, a questão do tapa-buraco, uma série de outras obras que na população reflete como obra, mas são orçamentariamente encaradas como custeio. Os investimentos: nós temos a complementação da Linha Verde norte e sul, temos muitas coisas ainda indexadas com recursos da União, que já estamos procurando alternativas se não houver um repasse da União, ampliação da capacidade do Inter 2, a trincheira Nossa Senhora Aparecida, o aumento da capacidade do BRT Sul e leste e oeste. Devemos ter um andamento significativo nesse exercício. Dez obras de habitação, interesse social; quatro equipamentos de esporte e lazer, reformas; três equipamentos turísticos, a implantação e revitalização; três restaurantes populares, construção e reforma; dois espaços culturais, reforma e ampliação; seis quadras cobertas previstas para o ano que vem; seis CMEIs, construção e reforma, então, nós temos algumas construções novas também; três escolas municipais, construção, reforma e ampliação; um liceu da inovação; três equipamentos de saúde, temos uma construção e reformas; três espaços de saúde que serão construídos; quatorze unidades de saúde reformadas e três equipamentos sociais, construção e reforma. Onze áreas de lazer, implantação e revitalização; dez parques e bosques, implantação e revitalização, temos algumas implantações novas; seis cemitérios com obras de melhoria; três obras de melhoria no Zoológico, no Jardim Botânico e no Passeio Público; dez ecopontos de resíduos de construção, que isso é um problema significativo nas áreas mais periféricas do município; uma central de geração hidrelétrica no Parque Barigui, que já está finalizando e o programa da modernização administrativa tributária municipal, que terá impacto na arrecadação e, de maneira geral, nos procedimentos administrativos do município. O projeto encaminhado pelo Executivo contempla essas ações, essas metas que serão depois detalhadas no procedimento do orçamento, da Lei Orçamentária. Obrigada. (Palmas).- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Dra. Daniele Regina dos Santos - Superintendente Executiva da Secretaria de Finanças do nosso município. Agora vamos à terceira parte desta audiência pública, que é a parte de perguntas, questionamentos e sugestões. Lembrando aos senhores Vereadores e presentes que vamos seguir da seguinte forma, temos os inscritos, o Vereador Euler fez a primeira inscrição, porém temos os Vereadores Ezequias Barros, Professora Josete e Serginho do Posto no primeiro bloco, membros da Comissão de Finanças. Para a população presente, peço que faça a pergunta por escrito para que eu faça a leitura e direcione a pergunta, e peço que se identifique se for de algum sindicato ou alguma associação. Isto posto, isto claro, daremos ao Vereador Ezequias Barros três minutos e na sequência a Vereadora Professora Josete e Vereador Serginho do Posto que farão os questionamentos à Dra. Daniele. Também agradeço a presença do Carlos Eduardo Kukolj do Departamento de Orçamento do município.- O SR.

EZEQUIAS BARROS:- Bom dia a todos os Vereadores. Queria parabenizar o trabalho que toda a Secretaria de Finanças vem fazendo, e minha pergunta, Daniele, vi o aumento muito grande dos precatórios. Qual a origem do aumento desses precatórios? Está vertiginoso, daqui a pouco vai virar só pagamento de precatórios. O que justifica esse aumento tão elevado? Isso me chamou muito a atenção, até conversando com a Vereadora Professora Josete. Muito obrigado e parabéns pelo trabalho que vocês têm feito. Até porque a gente recebeu aqui na segunda-feira o Secretário de Finanças e a gente vê nos números a competência da Secretaria, do Secretário e seus assessores, seus diretores e contra números, contra fatos não há argumentos. A gente está vendo a cidade crescendo, obras por toda ela, não tem onde você vá que não tenha uma obra nova, um asfalto novo e a gente só tem que parabenizar o trabalho que a Secretaria vem fazendo.

O SR. PRESIDENTE:- Na sequência, com a palavra a Vereadora Professora Josete.-
A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Primeiramente cumprimentar a Daniele, agradecer a presença aqui porque é importante para esclarecer as dúvidas. O primeiro questionamento é em relação à execução de projetos e obras para a geração de energia renovável. Isso está na página cinquenta e oito, do Anexo I. Gostaria de saber se tem a ver com o que você colocou na apresentação sobre uma central de geração hidrelétrica. Se é isso mesmo. E onde está sendo pensado a construção dessa obra. Depois, em várias funções, a gente percebeu o aumento da quantidade de aquisição e reposição de equipamentos e material permanente. Então, queria saber se é possível explicar, por exemplo, nas ações 1112 - Gestão Ambiental, na 1188 - Urbanismo, na Cultura, na Educação, na Saúde - 1078, 1077, 1076, enfim, do que se trata isso? Depois a função Saneamento, que está na página cinquenta e seis, gostaria de saber quais são essas ações de saneamento, porque fica muito genérico e a gente não consegue entender. Além disso, na Educação, na pag.46, temos o programa Viva Curitiba Cidadã, ação 1015, que diz respeito a construção de quatro CMEIs. Na sua apresentação você falou de seis reformas e construções, e eu gostaria de saber se é isso, quatro novos CMEIs e duas reformas. Só para tirar essa dúvida. Ainda, na pag.43, a função Trabalho, ação 2229, que é a manutenção dos programas do Sistema Nacional de Emprego. Eu queria entender quais são esses programas, como está isso, porque foi extinta a Secretaria do Trabalho, isso está dentro de uma diretoria da FAS, enfim, gostaria de saber como está se pensando essa questão dos programas. A outra função é a Assistência Social, na pag.32. Gostaríamos de saber em relação as ações 2007, 2008, 2009, por que a diminuição da meta física em relação a assistência aos idosos. É uma mudança de metodologia ou é uma diminuição do atendimento? Isso não ficou claro para nós. Em relação a segurança pública, percebemos que foi a questão mais solicitada nas audiências, além da infraestrutura. Como isso é incorporado pela gestão, uma vez que vemos um aumento da aquisição de equipamentos em relação a Guarda Municipal, mas como está sendo pensado isso em relação a programas preventivos. E também gostaria de fazer uma solicitação ao Presidente, que pudesse abrir a fala, verbalmente, oralmente, pelo microfone, para quem vem na audiência. Eu acho que a Câmara tem que ouvir a população, e acho importante garantir esse espaço. Obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado pelo seu comentário, Vereadora. Mas, como avisado antes, perguntas da população serão feitas por escrito. Seguimos o roteiro. Próximo inscrito, Vereador Serginho do Posto.- O SR. SERGIO R. B. BALAGUER - SERGINHO DO POSTO:- Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Superintendente Daniele, cumprimento também o Carlos, da Secretaria Municipal de Finanças e a todos os presentes. Eu percebi duas coisas, que a previsão de crescimento orçamentário para o ano que vem seria em torno de 3,4%. Eu pergunto, se houver uma receita, ou a frustração desse valor, que áreas poderiam ser mais sensíveis, e não poderia realizar as metas orçamentárias. Tendo em vista que o país tinha uma previsão de crescimento de 2,4%, passou para 1,9%, e, na semana passada, deram

nota de crescimento de 1,4%. Eu acredito que destoou de uma previsão orçamentária aqui. Então, se tivermos uma frustração de receita, provavelmente teremos as metas não atingidas. E uma outra pergunta em relação ao programa de modernização tributária. Eu acredito que é uma área muito importante para o governo, que tem uma capacidade de buscar muitas empresas de condições contributivas que hoje percebemos que não estão contribuindo de fato como é possível. Observamos, na última apresentação de prestação de contas, que há um crescimento em fornecimento de notas fiscais eletrônicas, e um programa que estimulasse menos sonegação possível, tendo em vista que a nota fiscal estimula, e essa receita passa a ser, dentro do bolo orçamentário, importante para as necessidades do município. Então, eu gostaria que você colocasse um pouco para nós em relação ao programa de modernidade, e se houver um crescimento como tem aparecido, frustrado, no país, com certeza pode atingir o nosso município. Em relação ao orçamento quero fazer um elogio. Da forma como foram estruturados os orçamentos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias em relação a outras gestões. Eu observo que não foi feita nenhuma projeção que não possa ser alcançada, e também vejo assim com muita responsabilidade a forma com que vocês, na Secretaria de Finanças, vem organizando as finanças do município. Temos visto que as dívidas têm caído, o município tem esse comportamento. Quando a Câmara Municipal aprovou a repactuação de um novo modelo tributário em 2017 também acenava para uma condição de organizar as finanças do município, e a gente tem visto isso. Porém, as demandas também são crescentes no município. Era isso, obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra à Sra. Daniele para dar resposta aos questionamentos dos Vereadores.- A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Atendendo primeiro ao Vereador Ezequias, o aumento em precatórios dos quais nós recebemos estão vinculados à questão de desapropriação da Caximba, no início do aterro da Caximba. Então, são bem antigos, passaram por uma longa discussão judicial e agora estão chegando para o pagamento. Por isso, tivemos um aumento muito significativo. Foram as desapropriações da época da Caximba que foram pagas, mas que tiveram questionamentos judiciais. Isso o que acabou elevando muito, daí tem todo o processo de correção, elevando bastante o valor dos precatórios. Os que nós vimos até agora, vamos ver neste ano o que vem pela frente. Professora Josete, os projetos e obras de energia renováveis. Temos algumas ações de energia renovável acontecendo no Barigui e temos algumas ações acontecendo no prédio do Palácio da Prefeitura e a tendência é que a gente consiga colocar sim isso em outros órgãos, como também ações dentro do Parque São Lourenço. Isso virá detalhado na lei orçamentária. Mas a ação está aberta sim porque há outras intenções nessa área. A questão do material permanente é uma coisa que perpassa o orçamento de maneira contínua, principalmente quando a gente está trabalhando com a questão do PMAT a gente precisa renovar às vezes os módulos de equipamentos, principalmente equipamentos de informática para as novas adequações do programa. Então, precisa-se melhorar as questões dos equipamentos, principalmente servidores que dão base aos programas para que a gente possa ter continuidade. Além, é claro, quando você inaugura equipamentos você precisa de novos materiais permanentes para dar funcionalidade aos equipamentos. Isso, tem a ver com informática e tem a ver com os novos equipamentos mesmo, as inaugurações, além da reposição. Eventualmente, reposição, a gente evita, mas às vezes é necessário. Saneamento. O saneamento nós temos nessa ação uma série de despesas que estão relacionadas, lembrando que desde o ano passado nós temos o fundo da Sanepar, que veio com um recurso bastante significativo, e tem uma série de ações na área de saneamento que são parte do processo de convênio que tem que ser feito pelo Município. O recurso vem da Sanepar mas é o município quem faz a verificação da qualidade dos rios, e já tem contratos que estão em andamento com isso. Por isso, você tem um crescimento significativo na ação de saneamento. Nesta ação ainda está a coleta de

lixo, está a limpeza pública, por isso ela é uma ação significativa. A questão da construção de CMEIs. São quatro construções de CMEIs novos e duas reformas. É isso que a princípio está previsto. Então, o detalhamento é nesse sentido. Trabalho, a ação 2229. Ali se faz os encargos do Sine, que são mantidos nas Ruas da Cidadania. O trabalho passou a ser lá uma superintendência na FAS, porque está ligada, inclusive, tem recurso e tudo o que vem da área de Ação Social. E realmente hoje temos os Sines, temos os processos de manutenção. Até então tínhamos recursos da União, o recurso da União findou, então agora o Município passa a arcar com as despesas do SIM e das ações que são desenvolvidas dentro do SIM. Na parte da questão da meta física. Realmente foi observado isso com a FAS, o que foi colocado pela FAS é que eles estão diminuindo metas em algumas ações e ampliando em outras, até para derrubar o uso do recurso. A FAS tem uma limitação muito grande dentro dos recursos que vem, o que pode ser usado em determinadas áreas e o que não pode. Você acaba acumulando, como você deixa muito recurso em algumas áreas sem as ações específicas, você acumula superavit. Então, a intenção é fazer rodar realmente o recurso e que consigamos utilizar dentro das ações que estão alocadas. É uma questão só de reestruturação do ordenamento orçamentário, não se diminui a ação efetiva da ponta. A Guarda: realmente a segurança é um pedido constante. Tem sim uma série de programas que estão sendo pensados no sentido de trabalhar a questão preventiva da Guarda. Ainda não foram finalizados, ainda não constamos eles na lei, porque eles ainda não têm a finalização, talvez para o orçamento já consigam estar dentro da lei orçamentária. Está ainda muito... um projeto grande nesse sentido. E tem também a contratação dos guardas, a ampliação do grupo dos guardas que foi feito este ano e que está sendo incorporado um grupo de guardas até o final do exercício. Vai chegar nas quatrocentas contratações que haviam sido pactuadas com o prefeito. As quatrocentas devem chegar até o final do exercício. Até porque acho que logo depois finda o concurso, mas se não me engano os quatrocentos guardas entram. Vereador Serginho do Posto, a questão do crescimento, sim, estamos acompanhando, realmente o crescimento estimado na lei varia também com a questão do PIB, a queda do PIB certamente terá impacto no projeto se for encaminhado o projeto da lei orçamentária. Com a posição já nova das taxas governamentais do que tem, tem que ser ajustado, até para que não tenhamos uma receita ilusória. Então, precisamos ajustar. Quando fazemos esses ajustes, Vereador, primeiro ponto, atende-se aos princípios orçamentários. E os princípios orçamentários determinam que precisamos, primeiro, dar continuidade àquilo que já foi iniciado. Então, obras que já estão em andamento serão prioritárias sobre obras novas. Contratos fixos de manutenção da estrutura são prioritários sobre ações novas. Então, neste momento é feita uma verificação dentro das secretarias, aquilo que é necessário para a manutenção da estrutura dos serviços que já executamos e os novos serviços e assim se faz a contenção dentro da (inaudível). Nós acabamos atingindo dentro da regularização dos princípios orçamentários. Se isto decorre no transcorrer do exercício, se no transcorrer do exercício há frustração de receita é necessário fazer os contingenciamentos. Isto por lei, a cada três meses é preciso verificar e fazer os contingenciamentos também dentro da mesma lógica dos princípios orçamentários. Primeiro passo é contingenciar aquilo que seria despesa nova e depois você tem um regramento para fazer para as demais. O PMAT é um programa bastante complexo, tanto que o recurso está no município em torno de... (ausência de som) até agora não tinha sido utilizado em função da grande dificuldade que estávamos tendo com a questão da informática e informatização do município, as questões judiciais relacionadas a isso. Como depois de um trabalho intenso foram resolvidas essas questões, nós temos agora uma contratação efetiva de acordo com o Tribunal de Contas. Então, isso está ajustado juridicamente, nós podemos dar vazão ao PMAT. Então, já fizemos dois editais grandes referentes ao PMAT e ainda temos editais para a sequência. Esses editais que já foram realizados

fazem menção a questão do banco de dados do município, que antes era fora e agora passa a ser do município, faz menção a questão de um escritório de projetos que vai revisar os procedimentos administrativos, ele é um programa essencialmente administrativo, que visa diminuir a burocracia e aumentar a eficiência. Vamos trabalhar no escritório de projetos, que vai objetivar revisar procedimentos administrativos internos, no sentido de informatizar e agilizar. A ideia é sempre que tenhamos um processo mais ágil, mais disponível na internet para que o cidadão tenha acesso mais rápido as informações e dados que a Prefeitura precisa. É uma forma mais inteligente.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Daniele. Agrademos a presença de Eivo Geraldine, ele que foi Vereador e foi Deputado. Também agradeço a pergunta que acabei de receber do Musismo, formulada pelo Alexon Alves França da Silva. Obrigado pela presença do Musismo na audiência, fazendo a pergunta por escrito. Agradeço a compreensão. Agora teremos questionamentos do Vereador Professor Euler, da Vereadora Noemia Rocha e Vereador Edson do Parolin. Pergunto se há mais algum Vereador inscrito, porque teremos então quatro Vereadores e um questionamento da população. Se houver algum Vereador inscrito, faremos um bloco com quatro perguntas e depois um bloco exclusivo para a população. Concedemos a palavra ao Vereador Professor Euler.- O Sr. Professor Euler:- Obrigado, Sr. Presidente. Quero parabenizar a Daniele pela calma na apresentação de toda a LDO, pela clareza, coerência e concisão. Tenho duas perguntas, na verdade. Projeta-se, conforme foi apresentado, um crescimento de 3,4% nas receitas correntes, mas foi comentado também que as transferências da União e do Estado estão em declínio, o que nos faz supor então que a arrecadação própria do Município, essa deve ter um aumento significativo? Para ter uma média de 3,4%, sendo que uma parte está em declínio, a outra deve estar aumentando mais do que esse percentual. Há uma estimativa de qual seria o percentual desse crescimento nas receitas próprias? Esse incremento se deve a uma majoração da base de cálculo de alguns impostos ou taxas ou aumento da eficiência do órgão arrecadador? E uma outra pergunta, para finalizar, o Secretário Pupi comentou esses dias sobre a criação de um fundo anticrise. Essa reserva de capital entraria em qual rubrica das despesas? Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra à Vereadora Noemia Rocha.- A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada. Quero cumprimentar a Daniele e fazer um adendo aqui que o Alexon fez a pergunta por escrito, Sr. Presidente, porque o senhor tirou o direito da fala. Ele é o único da população aqui representativa para fazer a pergunta, gostaria que V.Exa. reconsiderasse, porque tem uma única pessoa da população aqui para fazer a pergunta. Mas enfim, não vou abrir mão da minha pergunta, salvo se a audiência pública for só para Vereadores e não para a população. Daniele, parabéns pela sua explanação. Observei que a drogadição está entre os mais solicitados pela população e ainda está vinculada a política de segurança e há um estudo da necessidade de passar para a área de Saúde e Ação Social. Gostaria de entender a possibilidade, não teria melhor aplicação desses recursos no impacto em relação ao orçamento? Outra pergunta, em relação a reserva de contingência, a gente vê aqui que o limite mínimo é de 0,5% da Receita Corrente Líquida. Considerando que dessa reserva é que podem sair os créditos adicionais, não seria prudente também estabelecer uma lei de limite máximo para isso? É uma pergunta e uma dúvida que eu tenho. Na função Segurança, tem uma previsão de vinte metas físicas para ações de prevenção de drogas e eu gostaria de saber qual é a ideia desses projetos para vinte metas físicas e se é possível detalhar esse projeto. A função de Assistência Social, na ação 1005, também tem a previsão de vinte e cinco metas físicas. Qual o objetivo dessa meta e eu gostaria de saber se é possível detalhar. No anexo II, embora estejamos em crise, as estimativas são de aumento das receitas tributárias, aumento de impostos. Como esse aumento vai impactar nos investimentos e se já tem um plano definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para esse aumento de investimento. Tem mais uma pergunta que eu gostaria de fazer que é qual o cenário,

Daniele, esperado pela Secretaria de Finanças em relação a aprovação da reforma da Previdência? Como esse cenário pode impactar o município de Curitiba através da transferência de fundo partidário do município? Vai ser afetada? E como pode ser afetada? Essas são as minhas perguntas e volto a fazer um apelo ao Presidente de abrir a oportunidade de uma pessoa da comunidade fazer perguntas. Muito obrigada, Daniele.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora. Próximo inscrito, Vereador Edson do Parolin.- O Sr. Edson do Parolin:- Dra. Daniele, a minha pergunta é sobre as dez obras de habitação de interesse social do município. Eu queria saber, são contratos novos, para fazer novas habitações, ou estão terminando aquelas deixadas pela gestão passada? A outra pergunta, tendo em vista que foram encerrados vários contratos na cidade de Curitiba, do município com o Governo Federal, e a Prefeitura deu contrapartidas e em vários lugares da cidade tem famílias esperando suas casas, no Parolin, por exemplo, há trezentas famílias esperando moradia, como o Governo Federal não lançou o programa habitacional sabemos que o município não pode entrar com a contrapartida, a minha pergunta é qual o tamanho do investimento que a Secretaria de Finanças e o município têm na área de habitação? Se tem esse investimento e se essas dez obras são contratos novos para novas moradias ou para acabar as que ficaram da gestão passada. Essa era a minha pergunta.- O SR. PRESIDENTE:- Próximo inscrito, Vereador Bruno Pessuti, encerrando o bloco de inscrições dos Vereadores. Depois farei a leitura dos questionamentos do Marco José Franco e do Sr. Alexon Alves França da Silva.- O Sr. Bruno Pessuti:- Muito obrigado, Presidente Paulo Rink, demais membros da Comissão de Economia. Parabenizar a Daniele e demais presentes da Secretaria Municipal de Finanças pelo excelente trabalho que vêm desenvolvendo em prol do município. Sempre atentamos quanto às questões ambientais, cicloviárias e mobilidade. Um dos fatos que sempre chama a atenção é o pouco investimento em calçadas no município. Vemos aqui na LDO apenas mil metros de calçadas que serão implantadas, a princípio. Isso é pouco perto dos quatro mil, seiscentos e trinta e nove quilômetros de asfalto ou de ruas que serão mantidas. Obviamente que há uma questão legal das calçadas, de que são de responsabilidade do privado, isso é questionável principalmente porque a calçada é pública, mas é fundamental a Prefeitura ter um pouco mais de atenção às calçadas. Sim, parceria com o privado melhor, mas que as calçadas, que hoje é um debate muito importante que temos feito na cidade referente principalmente ao uso dos patinetes e outros meios de mobilidade, têm que estar no foco das atenções e esse é um debate que teremos que ter. Também a implantação de estrutura cicloviária. Há um plano municipal de ciclomobilidade que está para ser lançado pelo Ippuc e sempre nos atentamos para que mais intervenções sejam feitas na área da ciclomobilidade visto que a mobilidade urbana tem se desenvolvido de uma maneira muito mais ativa ultimamente com a redução, inclusive, dos carros que estão circulando, talvez pelo fato de terem ficado mais velhos ou também pelo fato dos novos aplicativos de compartilhamento de veículos e outros modais terem surgido. E essa expectativa de que tenhamos o PCH, o CGH, no São Lourenço este ano, no orçamento de 2019, afinal deixamos trezentos e cinquenta mil reais de investimento em emenda parlamentar para que seja concluído este ano. Se concluído, vai gerar uma economia de cem mil reais todos os anos em energia elétrica. É um desafio, quem sabe, para o Vereador Mauro Bobato para que ele possa fazer para o orçamento do ano que vem uma no Lago Azul. Será uma honra poder participar em conjunto a V.Exa. para que Curitiba tenha três PCHs gerando energia para o próprio município, uma das poucas cidades no mundo que terá isso em geração de energia, em sustentabilidade. No mais, era parabenizar o trabalho e agradecer, mais uma vez, a disponibilidade de vir à Câmara Municipal.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Srs. Vereadores, pelas perguntas. Agora, devolvemos a palavra à Dra. Daniele para as respostas aos quatro Vereadores.- A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Obrigada. Vereador Professor Euler, a arrecadação realmente aumenta, porque temos

um aumento na parte de tributação municipal que beira em torno de 5,3%. Isso está pautado no crescimento, são diversas variáveis que compõem isso. Então, tem-se o crescimento, que é um crescimento vegetativo em função da inflação, mas se tem sim uma aplicação grande do processo de eficiência da arrecadação. Os instrumentos que estão sendo desenvolvidos através do PMAT é justamente para que busquemos a eficiência. Não há aumento de imposto, apenas o aumento da eficiência, para que seja feito o processo de arrecadação. Este ano, por exemplo, foi iniciado no ano passado o processo da Junta de Julgamento Tributário no Município, e conseguimos zerar uma fila de quase cinco anos, que estavam pendentes de julgamentos, de questionamentos tributários, que se reverte na receita do Município. Então, quando vamos buscando instrumentos para aumentar a eficiência do processo, isso tem um reflexo significativo na arrecadação. A ideia é que consigamos agilizar esses trâmites, não deixando chegar em dívida ativa, onde o processo de cobrança é bem mais complexo e mais difícil, e fazer os julgamentos anteriores, para que tenhamos as decisões anteriores dentro do período que possa ser ajustada ainda a arrecadação no exercício. Então, é a eficiência que está trazendo uma arrecadação maior para o município. Ademais, a questão da reserva, o fundo, que foi o que o Secretário apresentou, e que o projeto de lei já está nesta Casa, é um fundo financeiro. Então, ele não está alocado em nenhuma rubrica. A medida que houver a necessidade de utilizar o recurso, porque ele pode ser utilizado de diversas formas diferentes, ele será colocado no orçamento, através de um superavit, na rubrica necessária. Sabe-se que o orçamento é todo fechado em rubricas, cada uma para cada destinação específica. Então, conforme for sendo utilizado, vai ser alocado na rubrica necessária no orçamento. Ele é uma reserva financeira, uma base financeira. Vereadora Noemia Rocha, sobre a drogadição. Existe uma discussão grande sim, inclusive agora, na reestruturação da Prefeitura, de onde ficaria a área de drogadição. É preciso deixar claro que, o fato de estar numa área, não significa que não tenha ações em outras. Temos ações na Ação Social para a drogadição. Temos ações na Secretaria para a drogadição. Mas optou-se por trabalhar a drogadição na Guarda, como ela está hoje, no sentido de que seja feito um processo de prevenção. Investir em prevenção é sempre mais eficiente e mais barato; mais barato para o Município e mais eficiente para a população. Não deixar alguém entrar nesse processo é melhor do que cuidar de alguém que já entrou. Por isso, o Município optou por trabalhar com a prevenção. Então, esse recurso está sendo alocado na prevenção. Não significa, no entanto, que não tenham ações na área de Ação Social e que não tenham ações na área de Saúde. O processo se dá em várias secretarias, em vários órgãos. Esse recurso que entra, fica na área para atuar em prevenção. Certo? A questão da reserva. A reserva, a limitação dela vem por uma lei federal; o mínimo dela, né, não existe uma limitação máxima, não é colocada. Até porque, hoje, a limitação máxima ficaria muito destoante, porque o recurso é escasso e tem uma série de funções que precisam ser atendidas. Então, você tem um limite mínimo. O aumento de investimentos que o Município traz decorre de uma redução significativa nas despesas de custeio; um ajuste constante nos contratos, um trabalho constante nos processos de trabalho, visando a diminuir o recurso do custeio. Não diminuimos as ações, não diminuimos os resultados, mas diminuimos o recurso utilizado para essas ações. Essas reduções é que possibilitam o aumento do investimento. Claro que o investimento também tem recursos que vêm de fora, da União, temos recursos de outras fontes. Mas a parte do município, que vem aumentando gradativamente todo ano, está pautada na redução das demais despesas e não no aumento de imposto. A reforma da previdência certamente deve ter impacto no Município, o Município vai ter um impacto menor, porque nós já fizemos parte do que está proposto na reforma, mas quando vier, como nós parcelamos algumas questões que a reforma vem colocar em prática já no primeiro ano e tudo, isso pode ter algum impacto, certamente vai ter impacto. E o impacto

disso fica na parte da redução dos pagamentos por parte do Município em decorrência dos ajustes que serão feitos. Na União, eu imagino que o impacto da reforma recaia sim sobre as transferências constitucionais feitas, porque com a reforma adequada, provavelmente nós tenhamos um aumento da atividade econômica, é o cenário que está se estabelecendo, e o aumento da atividade econômica, sem dúvida alguma, reproduz em efeito cascata tanto na União, quanto no Estado e nos municípios, e impacta no fundo de participação sim. Vereador Edson, a ação que nós temos na área de habitação são ações novas, nós temos uma apenas de continuidade, as demais são ações novas, inclusive, na área de regularização também. O recurso que o município disponibiliza hoje para habitação é de vinte e dois milhões de reais. Nós sabemos que, hoje, a forma como a política habitacional está equacionada dentro do Brasil, vêm recursos da União que pautam o desenvolvimento das políticas nos municípios. Então, há um aporte significativo que vem de outros entes para esse encaminhamento, mas o município coloca vinte e dois milhões de reais. Vereador Bruno, a questão das calçadas, eu não tenho detalhamento do que será ampliado já, ainda não temos isso na LDO, mas sabemos que há sim um programa prevendo ampliação da questão das calçadas até para utilizar superavit que nós temos no fundo de calçadas. Então, realmente tem um caminho aí que está sinalizando para o investimento maior nessa área, bem como a questão das ciclovias. Sim, há uma projeção de implantação de ciclovias, algumas ainda nesse exercício, e para o exercício que vem também deverá ter ampliação nessa área.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Dra. Daniele, pelas respostas. Aqui eu tenho questionamento do Sr. Alexon da Silva, Sr. Marcos José Franco e do Sr. Márcio. Essas perguntas serão entregues à senhora, escritas, assinadas e com contato das pessoas. Eu vou fazer a leitura dessas perguntas. Primeira pergunta da população, do Sr. Alexon Alves Silva, morador da Rua Nunes Machado, representando o Sismuc: sendo a lei que irá orientar a aplicabilidade de recursos do ano de 2020 e considerando a relevância da folha de pagamento na conta pública da Prefeitura Municipal de Curitiba, questiono acerca dos recursos destinados para o descongelamento dos planos de carreira. Há previsão financeira para 2020? Vou deixar essa pergunta com a senhora. Segunda pergunta, do Sr. Marcos José Franco, morador da rua Atílio Brunetti, também representando o Sismuc. Quais as ações que serão executadas em 2020, uma vez que foram fechados sete CRAS, quatro unidades de atendimento da FAS, sendo uma grande retirada de serviços, e a PMC não apresentou nem mesmo o plano ou impacto? Esse é o questionamento. Nós temos aqui o questionamento da TV Bronca, que se intitula como Márcio, eu gostaria da identificação para que possamos responder formalmente esses questionamentos. Mas farei a leitura também aqui da sua pergunta. Pergunta do Sr. Márcio: "Na educação, infelizmente, não há inclusão de alunos com necessidades especiais como autismo e outros transtornos. Se está no orçamento, onde?.- A SRA. DANIELE DOS SANTOS:- Como já disse, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as diretrizes amplas e não ainda o detalhamento do orçamento. Na diretriz ampla, se lermos o projeto de lei, fala sim na ampliação da Folha, resguarda um espaço para a ampliação da Folha. Ainda não temos o detalhamento, não acompanho diretamente mas os grupos estão em andamento que fala sobre a reavaliação dos planos e devemos ter essa posição, se não me engano, até final de julho, que daí sim, podemos trabalhar isso para o próximo orçamento. Mas a LDO tem previsão sim para a ampliação da Folha. Fica agora a cargo do desdobramento do orçamento e da finalização dos planos. Dessas discussões sobre os planos, não temos ainda o detalhamento disso, mas a LDO resguarda a ampliação de Folha. A questão sobre os atendimentos da FAS. Os recursos da FAS estão colocados lá, a gestão dos recursos, a aplicação desses recursos dentro das FAS é uma gestão específica da presidência e da unidade. Não há previsão de ampliação de investimento, o que não significa que esses atendimentos não estejam resguardados em outras unidades ou sejam

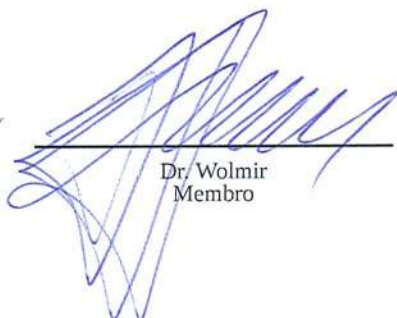
colocados em outros espaços, por vezes em muitos espaços da FAS, são espaços às vezes alugados. Então, não reguarda no orçamento uma meta específica para isso. Então, não temos uma meta específica de ampliação. A questão da inclusão na educação, a princípio nós temos dentro da Secretaria de Educação ações que visam sim o procedimento de inclusão. Na LDO só temos ações amplas, não temos ações detalhadas que deverão seguir na Lei Orçamentária, mas há sim ações dentro da Secretaria de Educação que visam a inclusão, inclusive, recentemente com números muito maiores do que nós tínhamos em anos anteriores e deve ser dada sequência neste exercício e no exercício seguinte. Não há nenhuma menção de redução disso na LDO.- O Sr. Pier Petruzzello:- Se me permite, Dani, só para contribuir, Presidente, trinta segundos. Acho que esta questão da inclusão é importantíssima, frisar que a Secretaria de Educação contratou e hoje são mais de setecentos e oitenta acadêmicos na rede para fazer a função do acompanhamento de crianças com deficiência. Pulou de duzentos e seis, duzentos e dez, em 2014, para quase oitocentos agora. Então, é um ganho significativo que tem custo. Então, é importante deixar esse dado registrado para contribuir com o debate.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Pier Petruzzello, líder do Prefeito. Lembro ainda que cabem emendas, alterações, porque esta audiência é uma discussão e não votação. Então, agradeço as sugestões, os questionamentos dos Vereadores que estão sob análise técnica do pessoal da prefeitura, e pergunto se há mais algum questionamento? (Pausa). Não havendo, informamos que as sugestões feitas via consulta pública poderão ser, após análise técnica, objeto de emendas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2020, apresentadas pelos Srs. Vereadores, membros desta Casa Legislativa, ou pela Comissão de Economia e Finanças e também questionamentos da população. Não havendo mais perguntas e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada a presente audiência pública, agradecendo a presença dos Srs. Vereadores, demais autoridades e todos que aqui compareceram.- Reassumiu a presidência o Vereador Tito Zeglin.- O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de registrar a presença do ex-Vereador, Deputado Federal Neivo Beraldin. Seja bem-vindo. Com certeza, futuro vereador desta Casa. V.Exa. sempre foi um excelente Vereador nesta Casa, grande tribuno, defensor da CPI do Banestado por excelência, na Assembleia Legislativa. Solicitamos aos Srs. Vereadores que registrem suas presenças no painel eletrônico.- Os Srs. Vereadores registram suas presenças.- O SR. PRESIDENTE:- Encontram-se presentes 33 (trinta e três) dos Srs. Vereadores. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada a presente Sessão, convocando outra, Ordinária, para segunda-feira, dia 03 de junho, à hora regimental, com a Ordem do Dia publicada no Diário da Câmara. Gostaria de convidar todos que nos assistem, Vereadores, lideranças, imprensa, para nossa convenção, que vai acontecer na próxima sexta-feira, às 17h, na rua Mariano Torres, no 500. Todos estão convidados a participar da nossa convenção do PDT. Vereador Marcos Vieira, V.Exa. gostaria de complementar? O Sr. Marcos Vieira:- Obrigado, Presidente. Só reforçando o convite, na sexta-feira, dia 31, às 17h, vai acontecer a convenção do nosso Partido, PDT, e todos estão convidados a participar.- O SR. PRESIDENTE :- Está encerrada a Sessão, às 11h10min.



Paulo Rink
Presidente



Sergio R. B. Balaguer (Serginho do
Posto)
Vice-presidente



Dr. Wolmir
Membro



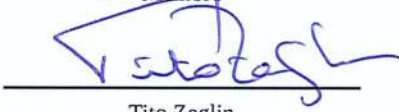
Ezequias Barros
Membro



Mauro Bobato
Membro



Professora Josete
Membro



Tito Zeglin
Membro